Qualidade Como Garantia de Quantidade: É Possível ?

Considerações sobre o conceito de qualidade do ensino

Nilton Nascimento

Master of Science pela Universidade de Southern, USA;
Ph.D em Educação pela Universidade da California, USA;
Diretor da Faculdade de Educação da UERJ.

Introdução

A Educação na Constituição de 1988

A educação é tratada, especificamente, no Título VIII - DA ORDEM SOCIAL. Este título engloba oito capítulos, alguns sendo subdivididos. Os oito capítulos são: Disposição Geral; Da Seguridade Social; **Da Educação, Da Cultura e Do Desporto**; Da Ciência e Tecnologia; Da Comunicação Social; Do Meio Ambiente; Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso; Dos Índios.

A noção geral de **ordem social** é a que considera como base a relevância do trabalho e, como objetivo, o bem-estar social e a **justiça social**. Aqui podemos relembrar que justiça social compreende dois grandes campos: O ECONÔMICO (quase sempre o mais lembrado, pois envolve a problemática da distribuição de renda) e o POLÍTICO (convenientemente omitido, pois envolve a problemática do PODER - conservação, deslocamento ou distribuição do poder). Se a má distribuição de renda fica evidente pela sua concentração nas mãos de uns poucos, ressaltando aí a miséria, a temática sobre o poder nos lembra que, sem distribuição de poder - participação compromissada - estaremos imersos na pobreza política, tão ou mais grave do que a pobreza econômica.

Na atual Constituição, a educação é definida como DIREITO DE TODOS e DEVER DO ESTADO e da FAMÍLIA. A educação deverá buscar o **pleno desenvolvimento da pessoa** e o **seu preparo para o exercício da cidadania** e **qualificação para o trabalho**. Identificamos aí aspectos filosóficos do IDEALISMO E DO PRAGMATISMO.

O idealismo aparece nas expressões: **pleno desenvolvimento da pessoa** e **exercício da cidadania**. O pragmatismo está evidente na expressão **qualificação para o trabalho.**

A Constituição determina **os princípios que o ensino brasileiro deverá** atender:

a) igualdade de acesso e permanência na escola;

b) liberdade
pluralidade - do ensino público;
gratuidade

c) valorização dos profissionais de ensino com plano de carreira, piso salarial e ingresso por concurso público;

d) padrão de qualidade.

Não deixa de ser extravagante indicar padrão de qualidade no ensino, pois se entende que este sem a qualidade necessariamente lhe é implícito.

O texto constitucional declara, em relação à educação superior: **autonomia didática, científica, administrativa** e **de gestão financeira** e **patrimonial das universidades.** O texto ainda determina que **são indissociáveis o ensino, a pesquisa** e a **extensão.**

A Constituição leva a nomenclatura que indica as etapas do ensino. Desse modo temos: **ensino fundamental, ensino médio** e **ensino superior.**

O ensino fundamental é obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria. O ensino fundamental é considerado **direito público subjetivo**, significando isto que o não-oferecimento deste ensino importa em responsabilidade da autoridade competente (o cidadão tem o **direito de exigir** vaga na escola de ensino fundamental).

O estado tem também o dever de **proporcionar: ensino noturno, programas suplementares de material escolar, transporte, alimentação,** e **proporcionar assistência à saúde, creche** e **pré-escola para crianças de zero a seis anos.** Cabe ao estado, ainda, proporcionar **progressiva extensão da obrigatoriedade** e **gratuidade ao ensino médio.**

O ensino é livre à iniciativa privada, cumpridas normas gerais da educação e com **autorização pelo Poder Público.**

Quanto ao ensino religioso, o texto o declara de matrícula facultativa e que deverá ser oferecido nos horários normais das escolas públicas.

O ensino fundamental será ministrado em português. Às comunidades indígenas fica assegurado o uso de sua língua materna e processo próprio de aprendizagem.

Os **municípios** oferecerão, prioritariamente, ensino fundamental e pré-escolar. A união, além de organizar o seu sistema de ensino, prestará assistência técnica e financeira aos demais segmentos públicos.

O financiamento do ensino está determinado do seguinte modo: a verba para o ensino constará de **18% da receita da União com impostos** e **25% da receita dos Estados, Distrito Federal** e **Municípios.**

Nas Disposições Transitórias, a Constituição determina que durante dez anos, pelo menos, 50% deste total devem ser aplicados no ensino fundamental e na alfabetização.

A aplicação de recursos governamentais será feita nas escolas públicas.

Auxílio do poder público para escolas não públicas somente será possível para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que atendam a certos requisitos a serem determinados na lei ordinária sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No ensino fundamental e médio continuarão a ser concedidas bolsas de estudo.

A Constituição ainda determina que a lei estabelecerá o plano nacional plurianual de educação. Através deste planejamento devem-se buscar a articulação e o desenvolvimento do ensino, a integração das ações do Poder Público, de modo a se obter:

erradicação do analfabetismo;
universalização do atendimento escolar;
melhoria da qualidade do ensino;
formação para o trabalho;
promoção humanística, científica e tecnológica do País.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em seu inciso XXIV, Art. 22, a Constituição estabelece que compete privativamente à União legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sobre a LDB há um substitutivo aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. Seu texto resultou "...de consultas, reflexão, debate, negociação e votação..."*(Hage, 1990)*, desde o início de 1989 até junho de 1990, tendo recebido um grande número de emendas (1236) de diferentes parlamentares. Além dessas emendas, há também sugestões de diversas entidades da área educacional.

O CEE, em 1992, realizou um seminário que foi publicado sob o título de "...Reflexões sobre a Educação Brasileira...". Sobre essa publicação faço agora uma síntese com alguns comentários e idéias próprias.

A LDB é uma **lei ordinária** - pode ser votada por maioria simples -, desse modo, não pode ter em seu corpo itens que só poderiam ser votados por maioria absoluta do Congresso. Isto significa que ela não pode conter aspectos que sejam considerados institucionais.

Discutem-se, hoje, os padrões de qualidade, nos vários graus de ensino; a relação entre a educação e modernidade; a exigência do momento nacional relativo à formação profissional, nos diferentes níveis.

Nessas discussões passamos pelas noções de QUALIDADE, discutimos qual QUALIDADE? PARA QUEM essa QUALIDADE? Modernidade e educação significam compromisso com MERCADO DE TRABALHO? A abertura do CONE de COMPREENSÃO possibilitará ao cidadão adequar-se criticamente a um futuro incerto? A formação profissional será voltada para o mercado imediato? Para um profissional acrítico? Para um profissional capaz de reflexão crítica sobre seu momento histórico e capaz de lutar por transformações estruturais, não só no mercado de trabalho, mas, também, da sociedade como um todo?

Em relação à proposta da LDB podemos considerar o papel do Estado na Educação. É um papel de coordenação da política da educação? De gestão? Quais os níveis de governo - federal, estadual, municipal - e respectivos papéis?

A coordenação será realizada por órgãos do governo somente ou deverá contar com o suporte de instituições que representem diversos segmentos da sociedade? Sentimos a necessidade de uma política de educação que compreenda um projeto nacional, da pré-escola à pós-graduação.

Estados e Municípios devem estar altamente envolvidos na releitura da noção de currículo, de modo a fugir da simples formação de grades curriculares. À estruturação curricular devem corresponder, necessariamente, ações para transformar a mentalidade do professorado, para elaboração de textos que estejam relacionados com a vivência dos alunos; de texto que elevem o nível com o qual o aluno chega à escola; para construção de prédios escolares adequados às atividades propostas na nova estrutura de currículo; para a descoberta de equipamentos, técnicas e métodos capazes de levar um conhecimento que possa ser apreendido criticamente pelo aluno. Essa releitura deve incorporar a discussão de **essenciabilidade do conteúdo a ser desenvolvido pela escola como um todo e a comunidade em que ela está inserida**. Ao lado dessa discussão devemos levantar outras questões. É a atual organização a mais efetiva para a escola? Como ela foi organizada desse modo? Como isto pôde ser feito? Como poderia ser feito?

Na discussão da qualidade do ensino passa, necessariamente, a questão da disponibilidade de tempo para alunos e professores desenvolverem as ações educativas essenciais. Isto nos leva a problemas da escola de tempo integral e de número de dias letivos, a problemas de qualidade de presença, de formação do magistério em termos de conteúdo e de pedagogia. Essa formação, incluindo os dois aspectos (conteúdo e pedagogia), deve levar à valorização do educador.

Estudos aprofundados são necessários para se conhecer o processo de aprendizagem da criança, do jovem e do adulto, para que se possa reduzir enfaticamente o analfabetismo. Que se faça uma revisão da noção de quem é alfabetizado. Que se repudie o critério oficial atual de que alfabetizado é aquele que tem mais de um ano de escolaridade. Que se possa considerar, como a maioria dos outros países, que alfabetizado é aquele que passou, no mínimo, quatro anos escolares de qualidade, e que este aluno possa encontrar apoio cultural na comunidade para que não haja regressão dessa alfabetização e da carga de análise crítica que tenha adquirido.

Que o aluno seja um cidadão. Que a cidadania seja resgatada para a criança, o jovem e o adulto, através das ações do Estado e do empresariado como um todo.

Considerar que a qualificação do magistério é esforço nacional, pois somente 34% são capacitados para a tarefa de oferecer bom ensino nos diferentes níveis. Essa capacitação é essencial para se dar prioridade aos aspectos de ensino, pesquisa e tecnologia, particularmente no ensino superior.

Deve ser revista a noção de controle, acompanhamento e avaliação das instituições educacionais. O "reconhecimento" do estabelecimento de ensino é, com a Constituição de 1988, algo, no mínimo, inconstitucional. Existindo reconhecimento, ele não pode ser, senão, temporário. A competência deve ser a bússola para a indicação do controle, acompanhamento e avaliação, abandonando-se a tradição cartorial que tem marcado o Estado brasileiro desde a colonização.

Na área educacional, principalmente, a ação deve ser ousada e cautelosa, para se criarem formas alternativas de instituições de redistribuição de recursos,

de sistemas de avaliação efetivos, de interação entre a rede oficial e particular, de tal modo que sejam parceiros, e não que um seja mero coadjuvante do outro, ou concorrentes.

Avaliação da aprendizagem deve levar em conta o saber adquirido. O conhecimento, os hábitos, a postura crítica, tudo deve ser avaliado. Não compete à escola indicar aprovação ou reprovação. À escola compete indicar ao aluno e à sua família o nível de conhecimento atingido. A qualidade desse conhecimento e sua correspondente cabe, essencialmente, à sociedade; e através de mecanismos correntes em seu seio, aceitar ou não aquele cidadão para uma determinada função. Essa habilidade pode ter sido adquirida no período escolar, na escola ou não, ou fora do período escolar.

Qualidade do ensino e universalização de atendimento escolar

Escola boa ou má não é aquela que reprova ou deixa de reprovar, mas aquela capaz de determinar o nível de competência científica, técnica e política alcançada por determinado aluno, em uma determinada sociedade, em determinado momento histórico. A escola realiza uma avaliação continuada, iniciativa de que o aluno irá sempre progredindo na carreira escolar, mas ele e sua família tendo a noção do nível alcançado. Este nível será aquele obtido na fixação de critérios decorrentes de certas idéias filosóficas e propósitos fundamentais que se revelarão em termos da realidade organizacional da instituição escolar - seus alunos e suas famílias, seu professorado, sua equipe de direção. Esses critérios serão fixados a partir da escolha de determinados caminhos de implantação.

Não se veja rigidez na fixação desses critérios. Quando os tempos mudarem e a vontade política e a necessidade técnica forem outras, os propósitos originais poderão ser sempre repensados e atualizados sem, forçosamente, quebrar aqueles propósitos fundamentais que, até certo ponto, servirão para habilitar o aluno em uma futura configuração da sociedade, dentro de uma filosofia onde o homem seja sujeito e não objeto de um sistema perverso de trabalho. O fim e o início dos nossos propósitos e o das instituições de ensino - equipe administrativa da escola e professores - é o homem, o indivíduo em sua comunidade, sem perder de vista sua participação na sociedade maior.

As instituições escolares são compostas de homens que, em qualidade e quantidade, constituem a essência das forças sócio-culturais e econômicas do país. O gestor escolar - público ou privado - cria a instituição que se propõe a ensinar, a educar; por outro lado, a escola é uma comunidade de pessoas e as realizações da escola são resultados das ações de seu pessoal qualificado para a missão a que se propõem.

O gestor na área da educação (o empresário na escola privada, o diretor da escola pública) depende do desenvolvimento integrado das forças vivas da sociedade. Essas forças vivas estão no âmago das três estruturas básicas da sociedade:

a) Na estrutura social - o trabalhador, a partir do qual se organiza a sociedade civil: as famílias, as associações de moradores e de profissionais, os sindicatos, os clubes, as igrejas, a mídia.

b) Na estrutura econômica - o empresário, o organizador da produção da sociedade, dirigente da atividade econômica através de empresas que atuam na área

primária, secundária e terciária da economia.

c) Na estrutura política - o homem de governo, nos níveis municipal, estadual e federal e nos respectivos poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário.

Cabe ao partido político agir como o elo através do qual pode vir a acontecer a interação entre a estrutura política, a estrutura econômica e a estrutura social.

O gestor da instituição escolar com características novas, transformador do que é hoje para o **que deverá ser**, depende desse desenvolvimento interativo.

Em cada uma dessas organizações existem e existirão sempre os empresários, os gestores e os líderes. A questão fundamental, hoje, é de como ampliar não só o número, mas, principalmente, a qualidade desse pessoal. É essencial lembrar que os que se propõem a empreender uma atividade - no nosso caso, vamos nos limitar à do ensino - não são de fato gestores quando satisfazem o aluno, o cliente. Chegar ao aluno satisfeito é tarefa criadora, não adaptadora, não administrativa e muito menos, burocrática.

O gestor da instituição de ensino só a concretiza quando a escola - uma comunidade humana - tem seus fundamentos e princípios enraizados em uma filosofia compreendida e aceita por todos. Sem esse pressuposto, a escola não está apta para agir criticamente, para exigir e obter o esforço crítico de seus membros.

É, sem dúvida, caminho para aperfeiçoar o relacionamento entre todos os que trabalham na escola, gerir de acordo com o princípio de alto desempenho, alta remuneração, obtendo a instituição resultados de mais qualidade e de maior abrangência. Quando os diversos atores da organização identificam interesses comuns pelos quais vale a pena lutar, os diferentes atores (gestores, professores, funcionários e alunos) tornam-se parceiros, sócios da ação organizacional - co-participam e passam, pela motivação na nova posição, a contribuir com inovações, buscando as transformações positivas. Diálogo, comunicação, negociação, acordo formal, moral e ético, psicológico e emocional, são condições para a existência da co-participação. Aqui deve-se pensar mais na motivação do pessoal e seu desejo de auto-avaliação do que no formalismo burocrático.

Voltar-se para os fins da ação de ensino - vamos evitar aqui a palavra educação, sempre mais ambígua - e buscar os meios necessários para concretizá-lo torna a gestão na área educacional - onde o ensino, a instrução se inserem - tarefa das mais complexas. Para a escola, de qualquer nível, convergem expectativas conflitantes, conferindo ao ato de gerir um caráter singular. Esta singularidade se complica em face de problemas circunstanciais - dilemas estruturais; enfraquecimento da autonomia devido ao excessivo, e nem sempre claramente explicitado, papel das diferentes instâncias governamentais; paralelismos decisórios - administração da instituição escolar x autoridades governamentais na área x interesses e necessidades da comunidade; restrições orçamentárias, etc. Esses problemas circunstanciais tumultuam ainda mais a já complexa ambiência administrativa da instituição de ensino.

Esses administradores e seus gestores necessitam, pois, criar as melhores condições para que possam tomar as decisões certas, gerenciar as situações conflituosas geradas por demandas incompatíveis, redirecionar os rumos da escola quando preciso e reconhecer as contradições com as quais terão que conviver

- em síntese, administrar e gerir de modo que sua escola cumpra a missão assumida e atinja os objetivos co-participativamente aceitos.

O Autoconhecimento: A Pesquisa Institucional

Entre as diversas condições, ressalta o "conhecer a instituição". Para isto, há necessidade de criar um fluxo constante de informações sobre a dinâmica da organização, buscando o autoconhecimento que possibilitará a auto-avaliação. Sem essa condição, a administração e a gerência se tornam um exercício aleatório do poder - um jogo probabilístico. Para evitar isto, proponho utilizar a pesquisa institucional.

Para um processo mais preciso de autoconhecimento, se justifica criar um sistema que desenvolva a pesquisa institucional, a qual pode fornecer as informações necessárias para a gerência de qualidade dos diversos níveis da organização. A pesquisa institucional se propõe ao estudo sistemático das instituições e claramente é útil na área da educação, do ensino.

A realização da pesquisa para a concretização do conhecimento institucional e, em conseqüência, da avaliação institucional, possibilita coletar dados e conduzir estudos para:

- apreender e analisar a instituição;
- tomar decisões criativas e de qualidade sobre operações correntes e planos para o futuro;
- melhorar os critérios de eficiência, eficácia, efetividade e relevância do processo decisório da instituição; utilização desses critérios como instrumento analítico e prescritivo (a noção de cada um desses critérios será apresentada mais adiante).

A noção de pesquisa institucional sobre os elementos que se orientam:

a) para problemas administrativos deve propiciar ajuda e apoio às decisões administrativas e políticas: estudos sobre custos (custos de qualidade e de má qualidade), disponibilidade e alocação de recursos financeiros, disponibilidade de pessoal, de espaço físico e outros que visam atingir níveis maiores de qualidade da instituição de ensino, embora a instituição de ensino vise ainda níveis maiores de eficiência.

b) para a concretização de nunca perder de vista, a longo prazo, os resultados institucionais e as necessidades da instituição: estudos sobre desenvolvimento e desempenho do corpo docente e discente, sobre currículo e instrução, relacionamento entre a instituição escolar e o desenvolvimento regional, e outros voltados para ações a longo prazo.

Evidentemente, esses elementos orientadores devem ser interativos. As instituições de ensino, entretanto, tendem a dirigir seus esforços buscando a maior eficiência da organização, minimizando os três outros critérios (eficácia, efetividade e relevância). Por sua vez, o Poder Público vem tentando aumentar sua influência sobre as atividades escolares, enfatizando a elevação dos padrões de eficiência e de eficácia dessas atividades, deixando de lado, ainda, os critérios de efetividade e relevância.

Como a Constituição e os projetos da LDB determinam a existência de padrão de qualidade do ensino, cabendo ao Poder Público a avaliação do ensino realizado pela iniciativa privada, fica-se na expectativa de que os governos exigirão das instituições privadas de ensino mais informações sobre sua eficiência e eficácia. Haverá, então, muita pesquisa institucional para atender às demandas do Poder Público.

A pesquisa institucional se presta à releitura da avaliação da instituição particular de ensino, pois essa avaliação deve-se orientar para a auto-avaliação, para o autoconhecimento. Nesta perspectiva, a avaliação deve explicitar a consciência das oportunidades, aumentar o nível da sensibilidade para as conseqüências das decisões, sugerir alternativas e motivar professores, gestores e administradores para a reflexão, a discussão e a análise crítica, que devem possibilitar a ação crítica transformadora, em busca do aprimoramento da qualidade de ensino.

A pesquisa institucional serve às condições atuais das instituições particulares de ensino que necessitam, para sua sobrevivência em um mercado competitivo, de urgentes esforços de autoconhecimento e de consolidação em face da ressurgência do conceito de qualidade no debate público, em especial da qualidade do ensino. Sem dúvida isto se constitui em uma virada conjuntural de grande vulto - durante dois séculos viveu-se numa lógica econômica e social subordinada à quantidade, que sintetizava a lógica da sociedade industrial. Viu-se, agora, a mudança: o desenvolvimento está ligado à qualidade. O fulcro do sucesso está na qualidade do modelo oferecido. Atingida essa qualidade, garante-se a quantidade.

A qualidade do ensino que hoje se procura **está voltada para todos** e não para o produto de uma cultura de refinamento e de exclusão. A qualidade do ensino na sociedade moderna está **baseada na excelência do serviço** prestado pela instituição escolar, medida pelo sucesso dos egressos de seus laboratórios, círculos de debate, oficinas de criatividade, encontros para reflexão crítica, etc.

Essa qualidade que se procura é para ser motor da sociedade pós-industrial. Ela busca não só a excelência da capacidade técnica como também o desenvolvimento de uma relação de maior relevância com os alunos da instituição.

Organização da pesquisa institucional como instrumento para avaliação da qualidade do ensino

A instituição e o ensino têm diferentes significados para públicos diferentes. Hoje, nenhuma instituição social se compara à instituição escolar no que diz respeito à multiplicidade de imagens a satisfazer e expectativas a atender. Cada grupo de interesse cria expectativas distintas sobre a instituição de ensino, cada qual impondo-lhe funções e responsabilidades consideradas preponderantes, senão exclusivas.

Há os grupos que se situam dentro da instituição (alunos, professores e a equipe administrativa) e os grupos externos à instituição, que mantêm com ela relações e contatos (governo, empresa, profissionais e grande público). Do ângulo formal que cada grupo adote para análise da instituição de ensino dependem o conteúdo e o alcance de suas expectativas, de suas reivindicações e até dos modelos organizacionais ou curriculares propostos, bem como da essencialidade desses conteúdos e qualidade do ensino correspondente.

Esse enfoque plural cria um caleidoscópio perceptual tão colorido quanto fragmentário e inconsciente. Não se pode , entretanto, negar a exigência de se resguardar a marca de coerência a esse universo perceptual e conceitual, dentro de um contexto de assumida identidade institucional.

É para esse esclarecimento e definição que se reserva à pesquisa institucional o papel de instrumento para avaliação da qualidade de ensino.

Organização da pesquisa institucional sob a perspectiva etnográfica.

Há diversas maneiras de se organizar um programa de pesquisa institucional. Esse programa depende das dimensões do corpo discente, da complexidade da instituição e das necessidades específicas da instituição escolar. O programa deve coordenar o desenvolvimento de um sistema de informação capaz de assegurar definições de dados consistentes, incluindo todos os elementos significativos, e evitar duplicação de informações.

Entre as possíveis alternativas de organização da pesquisa institucional, acredito que o enfoque mais efetivo é o que tem seu foco na pedra de toque do campo de trabalho da antropologia - observação-participante, com suas vantagens e armadilhas.

Minha proposta deve ser compreendida como uma sugestão na área de antropologia da educação, por isso, usarei material e perspectivas da antropologia na análise de processo educativo. Meu pressuposto básico será, portanto, que há uma interação entre educação e antropologia e, daí, inúmeras possibilidades de discutir pontos de contato e confrontação entre educação e processo cultural. Ao considerar as implicações que se originam, localizando a educação como um processo cultural, isto nos oferece um entendimento do real e possível casamento educação-antropologia.

Esta estreita relação tem, como hipótese orientadora, que o que é ensinado na instituição escolar é filtrado, interpretado e reinterpretado em diferentes níveis, como conseqüência de redes transmissoras de relacionamentos entre as percepções dos professores, especialistas, etc. e as dos alunos, seus pais e da comunidade em geral.

A partir desse pressuposto e dessa hipótese orientadora, vou relacionar alguns aspectos que podem e devem ser analisados no cotidiano da instituição escolar, objetivando transformações estruturais e ações críticas sobre o processo educacional, de modo a se ter uma instituição de ensino com a qualidade que um cidadão pleno tem o direito de poder freqüentar.

É na esfera do cotidiano que a pessoa humana vê, condicionado por "preconceitos" e "estereótipos", mas é aí, também, que ela pode dar um "basta" a situações que a escravizam. É na vida cotidiana que se forma a consciência do "eu", de "ser particular", com sua individualidade, ao mesmo tempo que se torna o "nós", o "ser humano-genérico", o "ser social", pertencente à sua comunidade.

É a vida cotidiana o centro real da práxis - é onde se realiza o momento de produção e reprodução das relações sociais.

Inicialmente devemos considerar:

a) realizar estudos sobre a sala de aula como um todo; professores, crianças, jovens e adultos considerados individualmente, bem como no seu grupo.

Aqui é importante investigar os malefícios causados por percepções culturalmente simplistas por parte dos professores sobre os alunos, quer sejam de classe média, que obtêm "sucesso" na instituição escolar, quer sejam crianças de classe desfavorecida, com "insucesso acadêmico".

Não vamos à procura de culpados, pois professores, alunos, administradores e todos os outros atores que estão sob esses refletores estão desempenhando um papel em um drama cultural. A antropologia da educação pode nos ajudar dando um entendimento deste drama com um processo cultural. Devemos entender que os professores não têm más intenções. A maioria é idealista, muitos são bastante abertos em suas crenças políticas e sociais, mas eles são produtos de sua cultura, e sabemos que dentro da moldura de valores e símbolos, eles são parte dessa cultura. Possibilitando-se aos professores tomarem conhecimento do que são e do que fazem, eles têm a chance de se livrarem da tirania da sua própria cultura. A partir daí eles estarão aptos a evitar que alunos sejam prejudicados pelos efeitos de interpretações prematuras, inadequadas ou preconceituosas sobre o comportamento desses alunos, pois são posições culturalmente induzidas.

Essa conscientização, é claro, não é facilmente atingível. Há necessidade de discussões abertas e privadas para disseminar os resultados da investigação, mas podemos inferir que professores resistirão profundamente em face da necessidade de mudanças.

Em minha opinião, uma parte substancial de energia e tempo gastos na formação e treinamento de professores deveria ser utilizada no aprendizado de como ultrapassar esses problemas, cuja gênese se encontra na percepção culturalmente simplista que se tem sobre o aluno e sua comunidade.

b) Um estudo que surge com grande importância para a transformação do processo de ensino é aquele delineado para a obtenção de informações sobre os dirigentes das instituições escolares. Há necessidade de uma série de estudos etnográficos do comportamento real das pessoas que ocupam posições de direção, contextualizados tanto em termos da instituição formalmente organizada - a escola onde eles trabalham - quanto em termos de suas vidas como seres humanos interagindo dentro de um contexto mais amplo de seu ambiente cultural. O diretor tem que ser visto como um membro interativo de um sistema cultural. Assim, deve-se investigar não só o próprio diretor(a), mas também as pessoas com quem ele interage sua vida profissional: professores, outros administradores, alunos e, de certa forma, cônjuge, filhos e amigos. Esses papéis e a interação das pessoas que os desempenham são os elementos humanos de um sistema cultural - e de um sistema escolar de uma comunidade.

Na medida em que o sistema cultural envolvido em um estudo, como este aqui proposto, pode ser considerado como similar a outro sistema cultural, servindo ao mesmo propósito, um estudo etnográfico sobre um determinado diretor pode produzir conhecimentos relevantes ao atendimento de tais papéis e tais sistemas culturais em geral. Isto significa que os resultados da investigação são passíveis de generalizações naturalísticas.

O estudo deve procurar conhecer como alguém se torna diretor, como age

um diretor (tanto técnico-administrativo, como técnico-pedagógico) e o que ele encontra de satisfatório e o torna perplexo em face do papel que ele desempenha.

Algo importante a dizer aqui. O pessoal da instituição escolar escreve, lê e fala constantemente sobre novos progressos, novos instrumentos, novas abordagens. Tem-se a impressão, analisando os educadores, de que qualquer aspecto "antigo, velho" é suspeito, e que, uma vez transformado, é automaticamente considerado como sendo progresso, avanço. Nas duas últimas décadas, um completo vocabulário sobre mudança tornou-se moda nos círculos educacionais, termos que são particularmente familiares aos estudiosos de dinâmicas culturais, tais como "agente de mudança", "aculturação", "inovação" e "difusão".

É o diretor aquele que diretamente se vê diante da responsabilidade de ser o líder pedagógico de sua instituição. Ele é descrito como sendo instrumento essencial no contínuo processo de introduzir mudanças na instituição escolar.

c) Investigar aspectos da cultura dos alunos, professores, etc. Sabemos que culturas variam em graus de "descontinuidade", que elas impõem, entre a infância e a maturidade. Em algumas culturas, isso ocorre maciçamente, em outras, há uma quebra que reorienta seu modo de vida, daí resultando "stress" e resistência. Isto nos leva a questões relevantes para a educação: 1) Quanto de descontinuidade é inevitável para os que crescem em uma moderna sociedade industrial? 2) Quanto pode ser evitado, aliviado? 3) Como esta descontinuidade afeta os estudos e métodos escolares?

Entretanto, educação, considerada na instituição escolar, é uma entre outras obtidas em inúmeras agências - em particular a família, a Igreja, os colegas e os veículos de comunicação de massa -, cada uma com seus próprios valores e propósitos.

Vale investigar como essas outras agências moldam diferentemente daquilo que os professores tentam fazer: os alunos sejam capazes de um pensamento claro, julgamento independente, capazes de análise e ações críticas.

A fim de responder a essas pressões para elaborar políticas apropriadas para as escolas, o educador deve se voltar para o estudo do cotidiano desses alunos, dessas agências, de modo a conhecer a natureza e o objetivo dessas agências, desses alunos e sua comunidade. Daí a importância dos estudos etnográficos.

Para se desenvolverem trabalhos na área de etnografia, há uma pergunta básica a ser respondida: Qual o tipo de realidade que a cultura promove? Quer queiramos ou não, há duas questões bastante amplas em educação: **a)** Deverá a instituição escolar buscar basicamente influenciar o desenvolvimento da cultura ou deverá ela inculcar a herança cultural? **b)** Deverá o aluno aprender a sua herança com seus professores ou ele deve explorá-la com iniciativa própria, criando seu próprio quadro cultural? Investigação das mais estimulantes para uma revisão de nossas posições e que poderá levar a rupturas importantes em todo o processo educacional, nos currículos, na noção e valor da avaliação, na relação entre escola e processo de produção, na relação entre as classes, é aquela que busca desvelar aspectos da relação de valores com cultura. Um aspecto relevante é a discrepância entre valores culturais e sua prática real, é a discrepância entre cultura ideal e manifesta. Outro aspecto é o conflito de valores gerado por mudança cultural. Finalmente, um terceiro aspecto é a disparidade entre os valores dominantes da cultura e os valores das minorias dentro de uma

mesma cultura. A investigação sobre currículo levanta importantes questões: **a)** Qual o conteúdo que melhor prepara as pessoas para viverem suas vidas em um mundo em contínua mudança? **b)** Como esta cultura cresce cada vez mais complexa? Como são as instituições de educação para ensinar conhecimentos cada vez mais especificados e as habilidades que a cultura exige e, além disso tudo, manter a continuidade da herança cultural? **c)** Investigar o status do professor: pode o professor ser tecnicamente considerado um profissional em uma sociedade industrial moderna?

Uma profissão deve controlar não somente o treinamento como também a conduta de seus membros (os médicos, os advogados, os metalúrgicos, etc) . Os professores, entretanto, não são controlados nem supervisionados, no sentido amplo, por professores: departamentos de órgãos públicos, conselhos de educação prescrevem os cursos que um professor pode oferecer. Eles também pagam seus salários, emitem seus certificados. Aspectos de conduta são estabelecidos pelo estado e conselhos na maioria compostos por pessoas leigas. O professor também não decide, o que é bastante diferente dos executivos, que exercitam sua iniciativa no processo decisório. A educação de massa pouco permite que o professor desenvolva suas propostas próprias. Investigar a autoridade do professor: a crença que se tem de que a autoridade do professor tem declinado abertamente dependerá do ponto de vista que se tiver do tipo de autoridade que o professor deverá ter? As atuais condições precárias do professor são, em grande medida, o resultado de uma colocação mais permissiva, agora aceita pelos pais, afetados como são por uma sociedade mais influente?

Alguns educadores também consideram que essas atitudes dos alunos parcialmente resultam da capacidade persistente de educadores progressistas por métodos mais flexíveis de controle em sala de aula, embora certos analistas tenham enfatizado que tanta permissividade e flexibilidade podem se tornar uma forma de comportamento controlado, como qualquer autoritarismo que se preze. Isto é verdadeiro?

Nossa cultura, embora respeitando o conhecimento, não reconhece o professor como um de seus principais agentes?

A vida de uma cultura pode ser mais rica do que a educação que a sustenta?

A título de conclusão

Procura-se um ensino de qualidade do futuro. A nova literatura sobre educação tem enfatizado novas categorias: o cotidiano, a fala, o contorno, a singularidade, a reinvenção da utopia, da esperança, do amor, da paixão, do desejo, do olhar, da escuta... e até da lágrima. É uma pedagogia emergente - algo se mostra sob os cacos da velha escola? É realmente tão novo? Teremos que investigar, discutir, ficar contra ou a favor, engolir em seco, divergir. O que desejamos é que seja mais excitante, mais vibrante, mais transparente, mais solidária do que estamos tendo até hoje!

RESUMO

Este trabalho discute a universalização do atendimento escolar e qualidade do ensino, o papel do gestor na área da educação. Propõe a pesquisa institucional como um instrumento para o autoconhecimento da escola e para a avaliação da qualidade de ensino, sob uma perspectiva etnográfica.